

DOCUMENTOS

A crise, o novo governo americano e a configuração mundial do poder*

Celso Lafer

O pano de fundo desta nossa mesa-redonda é a edição de uma antologia de artigos publicados nos 16 anos de vida da revista *Política Externa*, que trataram, no correr dos anos e a partir de várias perspectivas, da configuração do poder mundial. É com base na instigação intelectual do recorrente empenho reflexivo de *Política Externa* que estamos hoje reunidos para discutir os desafios que neste momento se colocam na agenda internacional e o que representam para a configuração mundial do poder.

O primeiro item que vou mencionar diz respeito à grande crise econômico-financeira que, a partir dos EUA, vem se irradiando pelo mundo e que gerou uma crise de confiança. As consequências desta crise de confiança são muito significativas. Vão muito além dos problemas digamos, mais técnicos, de liquidez e solvabilidade dos sistemas financeiros. E, em função da globalização, que internaliza o mundo na vida dos países, esta crise de confiança vem aprofundando incertezas em todos.

No livro *O presidente segundo o sociólogo*, fruto das entrevistas de Roberto Pompeu de Toledo com o presidente Fernando Henrique Cardoso, apontava este, em 1998, que uma das características dos tempos recentes é a da virtualidade de o sistema financeiro comandar a economia real da produção e dos serviços. Esta virtualidade, com os seus derivativos, suas engenharias, os seus *subprimes* e suas alavancagens, esfacelou-se. Foi ao chão como um castelo de cartas, atingiu a economia real e vem afetando o crescimento e o emprego em escala planetária. O que significa isso?

Os economistas fazem uma distinção, que remonta aos trabalhos de Frank Knight, entre risco e incerteza. O risco, que caracteriza as economias contemporâneas, comporta cálculo, enseja alguma previsibilidade e abre horizontes para cenários de possibilidades. A incerteza, ao contrário, porque não comporta cálculo, gera a paralisia ao descortinar a insegurança diante do futuro. Pois bem, no meu entender, a crise de confiança que permeia o sistema financeiro está propiciando a incerteza e um certo imobilismo diante da gravidade do problema.

Celso Lafer é professor titular da Faculdade de Direito da USP. Ex-ministro das Relações Exteriores no Governo FHC.
* Transcrição do debate ocorrido dia 03 de dezembro de 2008 na livraria Cultura em comemoração aos 16 anos da Revista *Política Externa*.

Uma das conseqüências desta incerteza é o grave descompasso, se me permitem uma analogia, entre a "constituição formal" e a "constituição material" que rege as relações econômico-financeiras internacionais.

A "constituição formal" se expressa pelas instituições de Bretton Woods, pela OMC, pelo BIS. Subjacente a ela, a "constituição material" era dada pelo papel da economia de mercado e pelo predomínio dos Estados Unidos no plano econômico-financeiro, no político e no militar.

O mercado não opera sem regras, a autorregulação tem os seus limites e parece claro que as regras da "constituição formal" não estão dando conta das transformações que colocaram em questão o próprio funcionamento da "constituição material". É neste âmbito que, *inter alia*, se insere a inadequação do predomínio do virtual financeiro na dinâmica da economia real; o novo da multipolaridade econômica da qual um dos dados mais importantes é a emergência da Ásia e o papel da Índia e da China, que se soma à prévia relevância do Japão e também da Coreia.

Em síntese, estamos diante de um "curto-circuito" que gera a incerteza proveniente da crise de confiança nas instituições, regras e procedimentos da vida financeira internacional. Lembro que, em *O Presidente segundo o sociólogo*, o presidente Fernando Henrique elaborou a teoria da mudança trazida pelo curto-circuito. Talvez o tamanho desta crise de confiança e o potencial de liderança de Barack Obama enseje as condições para uma mudança que sincronize de maneira positiva a "constituição formal" e a "constituição material" do sistema econômico-financeiro mundial.

Evidentemente esta crise, que é global, coloca um grande desafio nacional para o governo do presidente Lula. Com efeito, até o advento da crise, o governo Lula pode contar com os ventos favoráveis da economia mundial e com a herança positiva recebida do governo Fernando Henrique, de uma gestão econômica bem-sucedida no controle da inflação, que saneou o sistema financeiro nacional e introduziu qualidade no processo decisório macroeconômico. Pode valer-se, também, da rede de proteção social criada pelo governo anterior, ampliando-a de maneira importante, com base, inclusive, nos recursos gerados pelo crescimento econômico. As qualidades de comunicação do presidente Lula, sua biografia e a sua capacidade de ir tocando as coisas são dados explicativos da sua popularidade, do seu sucesso e da sua reeleição.

A crise é o inesperado para um governo que vinha navegando com relativa tranqüilidade. Hannah Arendt gostava de citar uma frase de Proudhon, "A fecundidade do inesperado supera de muito a prudência do melhor estadista", aduzindo que, com maior razão, o inesperado escapa ao cálculo dos peritos. Observo, com isso, que a crise coloca, para o governo Lula e seus colaboradores, o desafio de encontrar meios e modos para lidar com uma nova situação - uma situação em que os ventos não são favoráveis e tendem para a tempestade.

Dito isso, passo ao segundo tema proposto pelo título da nossa mesa-redonda: o que significa a eleição de Obama? Penso que a eleição de Obama, por si só, representou uma extraordinária recapitalização do *soft-power* dos EUA, ou seja, de sua força de atração e persuasão no plano internacional. Com efeito, a eleição mostrou a vitalidade da sociedade norte-americana, os méritos do regime democrático e indicou a superação das tradicionais barreiras sociopolíticas nos Estados Unidos. É um emblema da extensão *erga omnes* do "sonho norte-americano". Em função de sua biografia e trajetória Obama tem, até simbolicamente, condições de dialogar com um mundo em fluxo. E ele precisa lidar com e entender um mundo em fluxo, pois os problemas da agenda interna norte-americana - por exemplo: economia, segurança, energia, meio-ambiente, imigração - transcendem os EUA. Requerem ação concertada com outros países para serem encaminhados. Esses itens são grandes itens da agenda internacional. Por isso o relacionamento dos EUA com o mundo, na presidência Obama, será fundamental.

Nos últimos dias da campanha eleitoral, o presidente Clinton afirmou que os Estados Unidos precisavam de um presidente que entendesse o mundo e fosse capaz de lidar com os desafios da vida internacional, concluindo seu discurso com a asserção de que Obama era o nome certo para esta tarefa. Obama claramente tem consciência do interrelacionamento das agendas interna e externa, conhece os temas, despertou esperanças e boa vontade não só nacionalmente mas no mundo. É um excelente ponto de partida para ir além da rotina e inovar no trato dos desafios.

Vou fazer um último comentário no capítulo dos desafios. Na vida internacional está sempre presente o risco inerente à situação-limite paz/guerra, ou seja, o tema da violência e das armas. Este tema, hoje, permeia o mundo, são os recentes atentados terroristas na Índia, que passam pelo Paquistão, são as realidades do Afeganistão e do Iraque, são os contenciosos não resolvidos do Oriente-Médio, é a nuclearização do Irã, é a sublevação dos particularismos. Em síntese, são as múltiplas tensões difusas que ensejam a eclosão dos conflitos.

Também no campo político existe tanto uma "constituição formal" quanto uma "constituição material", para voltar à analogia de que me vali no início da minha intervenção. A "constituição formal" é a Carta da ONU e a própria ONU que, como um "terceiro" entre as partes, presta relevantes serviços à comunidade internacional. Destes serviços e das virtudes do multilateralismo e também dos seus limites tratou o embaixador Gelson - nosso companheiro nesta mesa-redonda - em relevante livro que acaba de ser publicado. Esta "constituição formal" se sobrepõe à "constituição material" numa relação de complementaridade. Falo em complementaridade, pois o sistema internacional não é um anárquico estado de natureza ao modo descrito por Hobbes no *Leviatã*, a começar pelo fato de que os Estados não são materialmente iguais por natureza. Por isso, a "constituição material" foi, durante a Guerra Fria, o equilíbrio do terror da bipolaridade a que se seguiu o período de inequívoca primazia dos Estados Unidos. Hoje o equilíbrio é precário, há muito espaço para o terror e a violência, o que não quer dizer que não existam oportunidades para o procedimentalismo diplomático e para o papel do terceiro {Estados e organizações internacionais} na solução pacífica de controvérsias. Em outras palavras, é razoável imaginar que na Presidência Obama os EUA recorram ao multilateralismo e desempenhem, no âmbito da "constituição formal", o papel que não desempenharam na Presidência Bush, de um terceiro confiável mais interessado na paz do que na guerra, mais voltado para estabilizar o mundo do que dividi-lo, ao modo de Carl Schmitt, entre amigos e inimigos.

Concluo: Norberto Bobbio disse que é sempre preferível uma análise sem síntese do que uma síntese sem análise. Seguindo o seu conselho, esbocei análises sem a pretensão de uma síntese.

Rubens Ricupero

A crise econômica é também uma crise da globalização. O argumento de Habermas e outros era que a interdependência corroía o poder do Estado. Ora, o que temos visto é que de fato a interdependência gerou a doença. O remédio, porém, vem sendo administrado basicamente pelo Estado nacional por meio dos bancos centrais e tesouros. O próprio comunicado do G-20 deixa claro que será nacional o essencial do esforço de regulamentação. É sintomático que a China não quisesse esperar a reunião de Washington para anunciar seu pacote bilionário de estímulo, preferindo fazê-lo, dias antes, em caráter puramente nacional. Mesmo na Europa unida, as medidas de estímulo fiscal continuam a ser decididas e tomadas por autoridades nacionais, não por Bruxelas. A primeira conclusão, portanto, é que, apesar da globalização, a configuração do poder permanece dominada pelo Estado-Nação, não se vislumbrando a emergência de tendências supranacionais. Ao contrário, a crise reforça enormemente o poder do Estado em relação ao mercado e à sociedade.

A eleição de Obama e o interesse universal que suscitou e se mantém elevado semanas a fio na fase pós-eleitoral contrastam com a repercussão muito mais modesta de qualquer mudança de liderança na China ou Rússia, na União Européia ou Índia. De modo inconsciente, o resto do mundo reconhece assim que os Estados Unidos são a mais global das potências, isto é, qualquer coisa que farão, sobretudo para superar a crise, vai afetar de forma crucial o futuro dos demais. É o único país com poder decisivo em cada um dos sistemas individuais cuja somatória constitui a galáxia do poder mundial; o estratégico-militar (de longe), o financeiro, o comercial-industrial, o diplomático, o dos laboratórios científicos e universidades de primeira linha, o cultural, fábrica de entretenimento e sonhos, de símbolos, valores, modas que vão do cinema à música, dos videogames às técnicas da internet.

Outros países podem ser atores de certo relevo em um ou outro desses sistemas. O Japão e a Alemanha, por exemplo, pesam no setor financeiro e comercial, mas são irrelevantes no estratégico. O excepcionalismo de ser o único ator decisivo em todos dá aos Estados Unidos a capacidade de costurar, de vertebrar uma galáxia sem isso um tanto desconexa, fornecendo-lhe um mínimo de ordem e estrutura.

Para isso, os americanos podem muito, detêm enorme potencial de iniciativa, mas não podem tudo. Sabem que precisam dos outros, inclusive do poder legitimador das Nações Unidas. Não lhes será tão fácil, como nos tempos de Franklin Roosevelt, gerar o consenso para criar nova ordem política e econômica. Continua intacto, no entanto, seu poder de bloquear o consenso dos outros, impedindo avanços, como se viu na mudança climática.

A tendência geral é para uma disseminação horizontal e diluição da concentração do poder na maioria dos sistemas; menos assim, contudo, no estratégico, onde a gigantesca escala dos investimentos necessários e a dianteira já consolidada tornam o campo mais rarefeito. Para o governo Obama, o êxito na renovação da liderança passa por três desafios:

- 1º) superar a crise econômica e gerir a transição das prioridades externas, do Iraque para a luta antiterrorista no Afeganistão e Paquistão, recuperando, de tal modo, a capacidade de iniciativa hoje comprometida por esses impasses; >

Rubens Ricupero é diretor da Faculdade de Economia e Relações Internacionais da FAAP. Foi secretário-geral da Unctad em Genebra, e embaixador do Brasil na Venezuela, Washington e Roma.

- 2º) restaurar a autoridade moral, restabelecendo as liberdades e garantias individuais sacrificadas sob pretexto do combate ao terrorismo e liquidando símbolos odiosos das violações de direitos humanos como a prisão de Guantánamo;
- 3º) aprovar uma cobertura universal de seguro de saúde para todos os cidadãos, completando a obra social de Roosevelt e de Lyndon Johnson.

Para os demais aspirantes à influência, valem as mesmas condições que para os Estados Unidos: forjar os meios -> isto é, o substrato material, econômico e tecnológico - da ação e, ao mesmo tempo, encarnar alguns fins universalmente desejáveis. É o que buscam fazer os europeus com uma política externa mais maleável e progressista em matéria de mudança climática, de paz no Oriente Médio ou na questão do Tribunal Penal Internacional. Os chineses têm tido muito êxito em acumular meios, não se vendo, todavia, que valores universais possam eles encarnar, exceto o do sucesso econômico, de que é glorioso ser milionário. Com mais força vale isso para a Rússia. A Índia acaba de dar demonstração da fragilidade de sociedade fraturada por mil dissensões.

Desse grupo, o Brasil é o único que não é potência nuclear ou militar, sendo modestos os meios econômicos autônomos de que dispõe. Tampouco encarna valores de problemas bem resolvidos, sendo em tal matéria mais o espelho das mazelas e dos problemas do mundo que de suas soluções. Fora as negociações comerciais sobre agricultura, o país só é incontornável em meio ambiente, área onde mereceria a descrição de potência ambiental graças à Floresta Amazônica, ao reservatório de biodiversidade e água doce, à matriz energética limpa e à longa experiência com o etanol. Possui destarte os meios de influir, não porém os valores-fins, uma vez que o fracasso em pôr fim à insensata destruição da Amazônia e do cerrado o obriga a uma perpétua posição defensiva e negativa nas negociações sobre a mais global das ameaças do nosso tempo: o aquecimento planetário.

Gilberto Dupas

A crise sistêmica desencadeada a partir de setembro questionou alguns dos fundamentos do capitalismo global. A partir dos anos 1980, o fim da polarização ideológica e o acesso aos mercados globais haviam levado a uma profunda transformação na política e na economia. Os Estados nacionais tornaram-se atores mais frágeis e as grandes corporações globais impuseram o seu estilo de busca de lucro a qualquer preço, operando nas zonas cinzentas do mercado e fragmentando sua produção mundial. Esse foi, aliás, o caminho da incorporação da China ao processo capitalista, do qual se tornou parceira muito relevante e a mais recente florescência do modelo americano. As questões relativas à regulação passaram a ser rejeitadas como indesejáveis resíduos arcaicos que tentavam limitar o vigor do capitalismo vencedor. A crise atual provocou uma reviravolta momentânea nesses conceitos. Neoliberais viraram keynesianos e governos democráticos dos países líderes mundiais alocaram volumes equivalentes a quase 20% dos respectivos PTBs para socorrer bancos e empresas submetidas à gestão temerária, sob a justificativa parcialmente verdadeira de que estão protegendo casas, poupanças e empregos da população. Enquanto isso, Alan Greenspan pedia desculpas ao mundo por não ter percebido que o mercado tinha virado um cassino e exigia controles.

A erosão da confiança dos cidadãos em seus dirigentes e nas instituições políticas é o principal problema das democracias atuais. O individualismo se exacerbou, a esfera pública erodiu e os interesses privados se impuseram nos altares do mercado. As segundas hipotecas e os *subprimes* só ocorreram porque os cidadãos norte-americanos foram induzidos ao consumo conspícuo pela propaganda, supondo que a escalada absurda de preços dos seus imóveis seria permanente. O mundo macroeconômico havia entrado numa fase de alta complexidade, onde dominam opiniões tecnocráticas muito distantes da sensibilidade do cidadão-consumidor; o capitalismo financeiro global aproveitou-se disso e vendeu-lhe fantásticas miragens.

A crise também tem a ver com o mundo vivendo acima dos seus meios. A era da abundância em recursos naturais já havia terminado há dez anos. Cientistas respeitáveis alertavam que mais alguns passos da humanidade na direção errada e a degradação ecológica poderia ser irreparável, vitimando gerações futuras. Mas o poder econômico continuava garantindo que as novas tecnologias "dariam um jeito". A questão é de quem são as escolhas; e a quem elas beneficiam. Como conseguir uma mudança radical de modelo de produção, com a redução do consumismo desenfreado e do sucateamento, se o mercado livre é a lei e os grandes atores econômicos têm total liberdade de definir a direção dos vetores tecnológicos? Alguém acredita que o próprio mercado possa se autorregular? Quem vai ser capaz de enfrentar a batalha gigantesca de reconversão da lógica privada de produção em nome do futuro da civilização?

Howard Davis, diretor da Escola de Economia de Londres, descreve o kafkiano conjunto de uma centena e meia de entidades e comitês internacionais que até aqui faziam de conta que controlavam o sistema financeiro internacional. E defende regras duras para amarrar as partes soltas do sistema, incluindo seus buracos negros, e a exigência aos bancos de comportamentos contraditórios como capitalização obrigatória quando os preços de mercado atingem valores acima das médias.

A crise iniciada pelo colapso do sistema financeiro pode, de fato, gerar uma nova era de regramento do lado desenfreado do capitalismo global? Quem serão seus agentes? Os governantes

Gilberto Dupas é coordenador-geral do Gadnt-USP, presidente do IEEL, e editor da Revista Política Externa.

têm-se outorgado poderes de épocas de guerra; mas ainda estão tão perdidos quanto os economistas e intelectuais. Na verdade, o capitalismo odeia regulações, maximiza seus lucros justamente operando nas faixas cinzentas e adora socializar prejuízos. A legitimidade de uma ampla ação reguladora global depende muito do foco das mídias, que só abordam o tema quando as crises viram catástrofes,

Em suma, essa crise tanto pode ser de fundamentos quanto de forma; ou de ambos. Muitas águas ainda rolarão sobre as escoras do capitalismo global; e algumas dessas escoras ainda podem cair com a força das correntes. Estruturas e equilíbrios de poder irão se alterar tanto na política como na economia, e muito exigirão de seus atores principais. Especialmente de Barack Obama, tido como analista frio e construtor de consensos. Porém, sua equipe é uma reconstituição dos melhores talentos da época Clinton, com alguns toques de colaboradores de Bush e um grupo de jovens seguidores de Obama. Esperava-se por mudanças mais radicais, mas a ética da convicção outra vez cede à ética da responsabilidade. Bastará para o tamanho do desafio? Obama já respondeu às críticas de sua ala mais à esquerda que clamava por mudanças com talvez a melhor frase de 2008: "A mudança sou eu!".

O que pode mudar no papel estratégico da América Latina? Em editorial da semana passada, o *New York Times* fala de uma oportunidade única para o novo governo incrementar laços com a América Latina. A região supre os Estados Unidos com um terço das suas importações de óleo, a maioria dos seus imigrantes e quase toda a cocaína que consome. Os líderes latino-americanos querem saber se Washington vai agora falar a sério sobre política de energia, integração econômica, imigração e tráfico de drogas. O *New York Times* propõe acabar com o embargo sobre Cuba e aproveitar o enfraquecimento de Chávez com políticas ativas de ajuda envolvendo também Nicarágua, Honduras e toda a região. Finalmente, pede tarifa zero para o etanol brasileiro.

O relatório do National Intelligence Council, preparado a cada quatro anos pelo núcleo duro do *establishment* de segurança dos EUA e entregue a Obama diz que "o país ainda joga um papel proeminente nos eventos globais", dramática diferença com o anterior que falava numa contínua dominância dos EUA. A tendência geral da intelectualidade do país é o chamado *new declinism* - a sensação de que a mais poderosa nação do mundo está em declínio. Ou seja, o oposto da agressiva confiança dos anos Bush e do momento unipolar. Três razões principais são apontadas: Iraque e Afeganistão são a certeza de que supremacia militar não se converte automaticamente em vitória política; o crescimento da China e Índia como novos atores de peso; e a percepção vinda da crise de que os Estados Unidos estão vivendo acima de suas possibilidades e que há alguma coisa errada no modelo americano. O respeitado general Brent Scowcroft declarou outro dia: "O exercício do nosso poder nos revelou que ele é efêmero". No livro de Fareed Zakaria, que consta ter sido o único sobre política externa lido por Obama no período da campanha, ele concluiu que os anos Bush foram o apogeu do poder americano. Richard Haass, Chairman do Council of Foreign Relations é enfático; "O momento unipolar dos EUA se foi". No entanto, William Wohlforth adverte que já houve outros momentos de crise de confiança seguidos de recuperação, como após a derrota no Vietnã.

O fato é que, salvo crise político-social de grandes proporções na China, a estagnação dos próximos anos trará definitivamente uma mudança de patamar no poder chinês, Nada ainda para ameaçar a hegemonia norteamericana. Mas, com China crescendo a 7%, Europa e Japão estagnados e EUA a passo de cagado, em cinco anos os chineses terão um PIB de US\$ 5 trilhões, tendo ultrapassado largamente França, Inglaterra e Alemanha e ligeiramente o Japão, transformando-se

na segunda maior economia do mundo. Só que os Estados Unidos ainda estarão com US\$ 15 trilhões, três vezes mais que a China!

Gostemos ou não, pois, teremos que continuar convivendo com a hegemonia noréamericana. Mas ser hegemona é mostrar competência em fazer um discurso e praticar ações que, embora interessando mais ao próprio hegemona, possam ser compreendidas pela comunidade internacional como interessando razoavelmente a todos. Do "voamos mais alto e sabemos o que é melhor para o mundo" de Madeleine Albright (na era Clinton) ao "quem não está conosco está contra nós" do fundamentalista Rumsfeld (nos tempos de Bush) houve uma escala imensa da hegemonia em direção a uma quase tirania. O que nos resta é cobrar da potência norteamericana o exercício de uma hegemonia benévola que leve cada vez mais a consensos multipolares que aliviem as tensões mundiais e gerem condições de governabilidade sistêmica. Em suma, os Estados Unidos precisam de sócios que aceitem ajudar na governança sistêmica. Este é o grande desafio e o papel esperado para o governo de Obama.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais

Gelson Fonseca

Depois das apresentações gerais sobre a crise econômica, a minha vai se concentrar em tema muito específico: as perspectivas do governo Obama em relação ao multilateralismo.

Para situar o problema, a primeira hipótese - aliás consensual entre os analistas -, é a de que o processo de governabilidade no sistema internacional está passando por mudanças estruturais. A base da governabilidade deve se ampliar; mais atores terão peso e influência na ordenação do sistema. O *momento unipolar*, marcado pela preeminência norte-americana, está se dissolvendo - como o Rubens [Ricupero] e o Gilberto [Dupas] mencionaram - e a reestruturação supõe que se estabeleçam novos padrões de entendimento entre os "atores-base", inclusive novas modalidades de interação multilateral, como condição para que se alcancem níveis adequados de governabilidade para um sistema internacional, crescentemente complexo.

Um dos desencadeadores da reestruturação é, portanto, o declínio do poder americano. Declínio com "ressalvas": apesar da perda de influência em função da crise econômica, do fracasso no Iraque, da ascensão da China etc., os EUA continuarão sendo uma peça central em qualquer processo de governabilidade no horizonte previsível. Neste momento, seria frágil qualquer modelo de ordem internacional "sem" os Estados Unidos ou "contra" os EUA.

De fato, os Estados Unidos se distinguem porque têm condições de participar em todos os tabuleiros do jogo internacional, tanto regionais quanto globais (a diplomacia norte-americana tem peso no Oriente Médio ou na Ásia, como nas questões climáticas, de comércio, do crime organizado, do terrorismo, etc.). Porém, o fato de participar não significa impor ou modelar soluções. E, já em nossos dias, é essencial que países, como a Índia, China, Rússia, o Brasil, a África do Sul etc., além da União Europeia e Japão, participem no encaminhamento dos problemas universais, ou simplesmente não haverá solução ou será uma solução capenga. São os "novos influentes". É impossível imaginar avanço nos temas de comércio, ou de meio ambiente, sem que Brasil, China e Índia tenham peso no que se decidirá. O mesmo vale, ainda com mais força, para as questões regionais. É impossível pensar em processos políticos na Ásia sem influência ativa da China, da Índia e do Japão (e, decrescente, dos EUA) ou, na África, sem a participação da Nigéria ou da África do Sul.

A perspectiva de que, no sistema internacional, o número de atores influentes aumenta é uma constatação importante, porém de significação limitada. Revela um fato e uma tendência. Porém, a questão central é derivada: a que qualidade de governabilidade corresponderia a nova quantidade de atores? Como eles vão se relacionar? Nessa resposta, teremos, então, as novas condições para governabilidade global, se abrangente ou não, justa ou não, institucionalizada ou não, etc...

Para simplificar um debate extremamente complexo, podemos imaginar que a dinâmica dos pólos teria dois modelos ideais de evolução. No primeiro, o cenário "positivo", haveria uma convergência crescente entre os pólos, que permitiria grandes consensos nos temas internacionais fundamentais - seja mudança climática, seja terrorismo, seja segurança, seja justiça social, seja tolerância etc. O cenário "negativo" significaria uma volta a jogos de balanço de poder, típicas do século XIX europeu, em que os pólos passariam a disputar influência estratégica e, com isto, a influenciar negativamente conflitos regionais, a aprofundar divergências em temas universais

Gelson Fonseca Jr., é diplomata de carreira, ex-professor do Instituto Rio Branco, membro do Gacint e do Cebri. Foi representante do Brasil na ONU e embaixador no Chile,

(por exemplo escolher as vantagens de curto prazo em matéria de clima, e abandonar negociações globais, preferir o protecionismo nas crises financeiras, etc).

O que caracteriza o momento atual é o alto grau de incerteza em relação ao modo como esses cenários vão evoluir. Os temas estão abertos e a transição dos modos de distribuição de poder não facilitam previsões. Haverá finalização da Rodada Doha? Quioto encontrará pontos de equilíbrio? Qual o grau de cooperação efetiva que a crise financeira desencadeará? Favorecerá o multilateralismo ou o protecionismo? Qual o peso das instituições multilaterais na solução dos problemas do Oriente Médio? O Irã vai se nuclearizar?

A previsão mais "confortável" é a de que é possível, sobretudo se os Estados Unidos adotarem uma atitude aberta aos novos "influentes", doses maiores de convergência em temas importantes (comércio, clima, etc), ainda que, no horizonte imediato, seja pouco provável haver mudanças dramáticas na direção do cenário positivo. De outro lado, há temas "compliadores", como o Oriente Médio, a segurança energética, o impasse na área de desarmamento, a proliferação nuclear etc., que podem afetar processos mais amplos de convergência.

Nesse quadro, onde os pontos de equilíbrio são difíceis de discernir, qual seria a atitude do novo governo norteamericano em relação ao multilateralismo? O fortalecimento ou enfraquecimento das instituições multilaterais é sempre uma indicação clara de níveis de governabilidade, daí o interesse de refletir sobre o tema.

A campanha do presidente eleito, Obama, foi, em matéria de política externa, centralmente crítica da diplomacia do governo Bush e pouco específica em proposições e projetos (um dos poucos é a retirada de tropas do Iraque). Adotar essa linha na campanha era natural, em vista das clamorosas dificuldades da realidade iraquiana, da queda do prestígio norteamericano, da falta de legitimidade de determinadas ações externas, etc. O governo Bush não contribuiu para melhorar a qualidade da governabilidade internacional, em parte pela relação de atrito com as instituições multilaterais (a nomeação de John Bolton como embaixador na OXU é simbólica). De uma certa maneira, para o novo presidente, a prioridade de mais longo prazo é reverter a herança de uma agenda negativa e defensiva que herdou do governo Bush (a de curto prazo está definida pela crise financeira global, e o conflito na Palestina) e que deixou vulnerável o prestígio norteamericano (como as prisões com tortura, Guantánamo, etc.).

Com Obama, as indicações de uma "nova atitude" em política externa parecem evidentes. Assim, é significativo que uma de suas propostas específicas (ainda que relativamente vaga) é dar mais importância aos temas globais - seja o problema climático, seja o terrorismo, seja as grandes epidemias - e dar mais força ao multilateralismo. Ele e seus assessores disseram isto de várias formas. O que não está claro, contudo, é como a atitude se converterá em propostas, em comportamento diplomático. A Presidência vai pressionar por Doha, com a diminuição de subsídios agrícolas? Vai se empenhar uma reforma da ONU? A especificidade das propostas deverá nascer do diálogo, de ouvir parceiros. E, se ouvir, passo importante na "nova atitude" terá sido dado para melhorar a governabilidade.

Na tentativa de conhecer melhor quais seriam os caminhos que a diplomacia de Obama vai adotar, valeria a pena sublinhar dois ou três pontos mais. Em primeiro lugar, ele fala da perspectiva de presidente e líder de uma superpotência, que não pretende diminuir a presença internacional dos Estados Unidos (Bush é que teria a culpa da perda da influência norteamericana pelas más opções que fez). Os Estados Unidos tem vocação natural de projetar universalmente os seus valores, a democracia, a capitalismo liberal, os direitos humanos etc.. Enfim, ele fala da perspectiva de um país que tem influência mundial, quer mantê-la, ampliá-la; tem condições únicas de

poder militar (que, como repetiu várias vezes, precisa ser aperfeiçoado e, para tanto, quer reformar as Forças Armadas para que sejam mais eficientes). Dessa forma, o presidente não sai da tradição do "excepcionalismo" americano, não esquece as vantagens de poder do país, e traça, como um dos pontos centrais da diplomacia, o objetivo de manter a condição americana de liderança, de influência importante no mundo.

Outro aspecto que vale sublinhar - e, nisto se diferencia de Bush, amante das dicotomias, das simplificações de amigo/inimigo-é a aceitação de que o mundo é complicado. Lendo a biografia política de Obama, *Audácia da esperança*, o contraste com Bush é claro. Obama aceita que o mundo é complexo, que a agenda não se resolve em oposições entre o bem e o mal, que a política americana tem ambigüidades, nem sempre é a correta (e faz uma excelente revisão histórica da diplomacia americana). Introduzir a complexidade no processo de decisão é uma maneira de aceitar a realidade e talvez traga benefícios em eficiência diplomática. Complexidade significa reconhecer os outros atores e, possivelmente, ouvi-los, e isso, evidentemente, é um progresso conceitual significativo. Vale como um ganho freudiano para a diplomacia norteamericana, já que o "princípio da realidade" funcionaria melhor com Obama do que com seu antecessor. Seria o reconhecimento dos limites do unilateralismo voluntarista de Bush.

Em relação especificamente a prestigiar o multilateralismo, Obama também é enfático, quer soluções multilaterais para os grandes temas universais. E por que ele é enfático? Porque de uma certa maneira o desprestígio dos Estados Unidos no mundo, com Bush, começa porque ele fere de uma forma muito direta exatamente certas regras de comportamento consagradas pelo multilateralismo - quando ele invade o Iraque, quando ele não aceita o que seria a inauguração de um novo processo de defesa dos direitos humanos com a criação do Tribunal Penal Internacional, quando ele bloqueia o avanço dos acordos de desarmamento etc. Então, parte do desprestígio americano deriva do multilateralismo *à k carie*, de aceitar a ONU exclusivamente quando servia aos interesses dos Estados Unidos. A legitimidade da diplomacia americana ficou profundamente enfraquecida.

Se é evidente que a "nova atitude" é positiva em relação ao multilateralismo, a adesão de uma superpotência ao multilateralismo tende a ser sempre ambígua. Dessa forma, nos momentos em que exalta o multilateralismo, o presidente Obama não deixa de fazer a "salvaguarda da potência" que se expressa assim: "Os EUA serão fiéis à ONU desde que as decisões da ONU não signifiquem ameaça a nossos interesses vitais". Mesmo em temas sensíveis, como a possibilidade de "ataque preventivo", ponto importante da Doutrina Bush, a distância não é absoluta. As observações de Obama são mais cautelosas, mas admite que, se houver alguma circunstância de ameaça a interesses americanos em que o remédio seja o ataque preventivo, este não está descartado. Chegou a falar na possibilidade de ação preventiva no Paquistão, se faltasse cooperação no combate ao terrorismo.

Se a ambigüidade continuar, o fato é que a "nova atitude" pode fazer que o pêndulo multilateral ganhe mais peso. Afinal, a promessa de mais diálogo com os parceiros é um dos fundamentos do multilateralismo. Outro será a aceitação do que é a legitimidade internacional e que significaria, por exemplo, fechar as prisões de Guantánamo, terminar práticas de tortura etc.

Ainda outro aspecto é a política em relação às Nações Unidas. Obama nomeou para as Nações Unidas - e este é um sinal importante - a sua principal assessora diplomática, a professora Susan Rice, e a nomeou na condição de membro do Gabinete (equivalente a um secretário de Estado), o que lhe dá um peso significativo no processo de decisão sobre política externa. Susan Rice, que é uma especialista em relações internacionais e, de certa maneira, uma produtora de idéias, sobretudo

na área de direitos humanos, o que contrasta com a secretária de Estado, Hillary Clinton, basicamente uma experiente operadora e, sobretudo, alguém com peso político próprio.

Vale insistir sobre o valor simbólico da nomeação de Susan Rice, que tem sido uma grande defensora, como intelectual, da idéia de intervenção humanitária ou, como se quer agora, a responsabilidade de proteger. Recentemente, em mais de uma declaração, ela menciona considerar um absurdo que o genocídio prossiga em Darfur e que os Estados Unidos não tenham tido uma atitude mais ativa para atenuar aquela tragédia humanitária. O argumento (que não é novo, afinal, foi o que motivou a intervenção no Kosovo, nos anos 1990) é de que, em crises e tragédias humanitárias, se a ONU (Conselho de Segurança) não reunir consenso para intervir, os Estados Unidos deveriam fazê-lo unilateralmente. No limite, haveria projeção unilateral, só que agora "boa", fundada em valores e não em interesses de poder e razões frágeis. É evidente que o problema, quando um Estado age unilateralmente e autopropõe as razões para intervir e descarta o caminho da ONU, é a legitimidade de sua atitude que sempre será questionada.

Haverá uma disposição de engajamento com base em valores humanitários, e as Nações Unidas seriam o veículo natural para projetá-los. A ONU não é, porém, um órgão absoluto, nem teria a primazia da legitimidade internacional. Certos valores prevaleceriam sobre a instituição.

Assim, é pouco provável, quando se especula sobre inclinação multilateral da nova administração {em oposição ao unilateralismo de Bush}, que os americanos vão, no dia seguinte ao 20 de janeiro, forçar a assinatura de Doha, aceitar as resoluções da ONU que significam o fim do embargo internacional a Cuba, as resoluções sobre o desarmamento, aderir ao Tribunal Penal Internacional ou a Convenção sobre Direitos das Crianças... Não é o multilateralismo triunfante que está no horizonte. Mas, talvez, um "pouco mais" de multilateralismo, maior adesão a regras, melhor disposição de ouvir e negociar.

A nova administração certamente reverá posições, se aproximará da ONU com outra perspectiva, mas é impossível dizer até que ponto superaria a atitude seletiva quando se trata das instituições multilaterais, típica das potências. A ONU tem uma vastíssima agenda e, aparentemente, para o novo governo, um dos focos será a usar a Organização para a solução de conflitos e para intervir em tragédias humanitárias, corrigindo o erro do unilateralismo e buscando ganhos de legitimidade. A preocupação humanitária será um dos elementos do multilateralismo de Obama, que certamente estaria mais próximo do Clinton que mandou tropa para a Somália, do que o Clinton que se omite em Ruanda.

Temos, afinal, bons sinais, a vontade de diálogo, a aceitação da complexidade internacional, o elogio da ONU, a ênfase nos temas globais etc. Pode ser um começo necessário (ainda que insuficiente) para construir justamente aquele "cenário positivo", que supõe entendimentos entre os novos pólos de poder e expansão dos componentes de legitimidade (e, para isto, a via multilateral é privilegiada). Um Estados Unidos mais "aberto" ao multilateralismo será um fator positivo para melhoria das condições de governabilidade internacional, pode ajudar na articulação das forças de convergência, essenciais para uma ordem internacional mais equilibrada, livre de conflitos.

Para o Brasil, com sua forte tradição multilateral e condições importantes de diálogo com os EUA, é um momento de oportunidade para trabalhar a fim de que as boas sementes multilaterais do discurso de Obama cresçam e frutifiquem. Os Estados Unidos ganhariam e as condições de governabilidade internacional melhorariam.

Sinto grande satisfação de estar aqui nesta realização da Editora Paz e Terra e neste local. A primeira vez em que estive aqui duvidei que fosse possível fazer algo tão agradável. Era um espaço vazio imenso e hoje é essa maravilha. São duas boas razões para eu ter vindo de bom grado. E peço desculpas por ter chegado um pouquinho atrasado.

Foi-me pedido que fizesse o que o ministro Celso Lafer disse: uma síntese sem análise. Só que eu não tenho mais essa desculpa, porque a análise foi feita por cada participante; nós assistimos a uma análise bem-feita. Devo fazer, portanto, a síntese do que eles disseram, não a síntese do vazio. Aprendemos muita coisa com os expositores e eu compartilho a maior parte das observações feitas.

Nós estamos no olho do furacão. A crise ainda está aí e é difícil imaginar até onde ela irá. Portanto, é difícil propor também conclusões cabais - e isso foi ressaltado por todos. Há tendências de explicação, há perplexidades e há apostas também; algumas explicações são novas, outras se repetem porque esta crise tem pontos de semelhança com as anteriores, mas também apresenta suas particularidades.

Até que ponto vai ser possível, em função da crise, imaginar que a organização de um sistema multilateral e global se fortalecerá, e que isso, no plano econômico, terá efeitos positivos? O ministro Ricupero insistiu que as decisões têm sido de reforçamento do Estado, portanto, de governo. É verdade, voltarei ao tema. Mas até que ponto os novos temas {vários expositores mencionaram os novos temas, o principal dos quais é a ameaça representada pelo aquecimento global, pelas questões climáticas} serão enfrentados ou pelo menos serão mais bem encaminhados, como consequência de dois fatores: a crise financeira e a eleição do Obama?

Aqui há uma aposta: até que ponto os Estados Unidos deixarão de ter uma posição hegemônica? Há apostas. Do que eu apreendi dos expositores que me antecederam, vejo que os Estados Unidos vão continuar tendo um papel muito importante porque dispõem de uma capacidade cultural imensa, como o ministro Ricupero mencionou. Ele frisou também que a questão em tela não se resume ao econômico, tem também um aspecto moral. Quem sabe a eleição de Obama seja um sinal positivo, que reforce a crença na necessidade dos países comportarem-se com base em valores, mesmo que essa base, na prática, possa ser transgredida.

Segundo: Os EUA continuam sendo uma potência militar muito forte, com a ressalva de que ela é frágil diante de setores ideológicos organizados ou de pessoas que enfrentam o adversário com a própria vida. Até mesmo uma potência atômica é frágil diante do terrorismo individual - não consegue contê-lo e não será pela força que o conterà. Portanto, valeria discutir o tema dos limites de poder mesmo de uma "superpotência militar".

Terceiro: o embaixador Ricupero mostrou, com dados bastante ilustrativos, que o poderio econômico americano é extraordinário e continuará forte ainda que se dê, como provavelmente ocorrerá, alguma diminuição dele. Ainda que a China continue crescendo - acho que crescer em 2009 a 7% já é um exagero, sua economia encolherá mais do que isso -, a desproporção econômica entre os dois países é muito grande.

O que se pode dizer como síntese é que provavelmente haverá uma diminuição relativa do peso econômico americano em função da entrada em cena de outros atores, e que talvez os outros atores - que também são Estados-nação - possam ter papel mais relevante do que tiveram até hoje. Creio que isso se depreende do que foi dito aqui.

Há outra conseqüência da crise atual, que também foi muito mencionada e merece consideração; é verdade que as soluções propostas até agora têm sido soluções de governo. Mas não há outro mecanismo possível, até porque as instituições internacionais nunca se consolidaram no que diz respeito à regulação econômica. A velha idéia, posterior à Segunda Guerra Mundial, que foi de Keynes em Bretton Woods, quando da formação do Fundo Monetário Internacional, não funcionou. Não funcionou porque os Estados Unidos não aceitaram que houvesse uma moeda própria para o Fundo Monetário e impuseram o dólar. Ao terem imposto o dólar, tiveram mais tarde uma imensa vantagem, quando desvalorizaram sua moeda na década de 1970, durante o governo Nixon. Fizeram investimentos crescentes pelo mundo a fora, e a moeda de reserva continuou sendo o dólar.

Nós estamos assistindo hoje a algo surpreendente, que é a transformação do Banco Central dos Estados Unidos em banco comercial e em emprestador, em última instância, para todo o mundo. Ou seja, a crise acentuou um lado que sempre combatemos, a ingerência e dominação do Tesouro americano e do Fundo Monetário. Todas as vezes em que houve crise, mandei cartas aos presidentes do G-7: "Isso não pode continuar assim. Não é possível, tem que mudar!" Usei a expressão do Clinton: "A arquitetura financeira internacional não vai se sustentar". Na verdade, não se sustentou, mas o pilar monetário do sistema internacional continua sendo o Tesouro americano e o FED é seu principal instrumento.

O FED, que é o Banco Central americano, passou a negociar *commerdal papers*, quer dizer, papéis e títulos de empresas privadas e os desconta, isto é, assumiu funções próprias de bancos comerciais. Por outro lado, o FED ofereceu ao Brasil e à Coréia empréstimos não pedidos - 30 bilhões de dólares. Está agindo como Banco Central dos bancos centrais, ou seja, está atuando unilateralmente, em vez de terem sido criadas instituições verdadeiramente multilaterais como se queria em Bretton Woods, para dar solvência aos países necessitados e superar crises de liquidez no mundo.

Existe um começo de regulação internacional e financeira nas regulamentações embrionárias propostas pelo banco da Basileia, o BIS. Uma das razões pelas quais a situação financeira dos bancos brasileiros não é dramática hoje é porque o "alavancamento" ("leverage", como se diz em inglês) foi contido. Pusemos em prática os limites estabelecidos pelos acordos da Basileia; os bancos centrais não deveriam deixar que os bancos privados ultrapassassem nos empréstimos a terceiros 12 vezes o capital próprio. Nos Estados Unidos, as empresas e bancos de investimento emprestam 30,40 vezes mais que seu capital. Então, quando os bancos desmoronaram, desmoronaram de vez: não tinham reservas para honrar os compromissos e os depositantes e, ao se aperceberem disso, retiraram rapidamente seus haveres. Tudo isso porque não houve respeito à recomendação vinda da Basileia, que não é impositiva.

É curioso ter de reconhecer agora que a solução continua passando pelos governos. Mas nem poderia ser de outra maneira, pois as organizações internacionais não se consolidaram. E há uma contradição entre a globalização econômica e o poder decisório, posto que este não se assenta em, instituições e processos globalizados, continua sendo nacional. A distribuição do poder de decisão no mundo, por outro lado, não é feita de maneira compartilhada,

E, no caso dos Estados Unidos, recentemente, com o presidente Bush, houve uma coincidência entre o que Greenspan chamou de "exacerbação irracional dos mercados" e a exacerbção irracional da política, representada pelo unilateralismo americano, até para a deflagração das guerras. Os neoconservadores americanos pregaram e praticaram o oposto do que o embaixador Gelson mencionou como uma alternativa aceitável, a intervenção visando a uma "humanidade protegida". Eles pregaram e fizeram a guerra preventiva, a invasão unilateral, sem prestar atenção a nada!

A coincidência é que assistimos, ao mesmo tempo, a uma alta expansão do mercado e a alta expansão do poder político-militar americano (pelo menos imaginariamente, pois têm perdido guerras). Foi ao que assistimos nesses últimos tempos. Isso vai mudar? Os oradores que me antecederam responderam; talvez. Ninguém disse sim. É possível, é provável que se chegue a uma situação nova, não só graças às conseqüências da crise, mas graças também à eleição americana, que de alguma maneira reflete esse processo de mudança.

Entre parênteses: Obama ganhou nos Estados Unidos, mas não entre os brancos americanos. Quem deu à vitória ao Obama foram os negros, maciçamente, 93%, e os hispânicos, que no passado votaram divididos entre republicanos e democratas e que se deslocaram para o lado democrático. Ou seja, se não tivesse havido a crise, não sei se Obama teria ganho. Portanto, já houve uma grande conseqüência política da crise financeira. É possível que isso tenha aberto nos Estados Unidos um caminho para a reconstrução da ordem global.

A reconstrução da ordem global não está, entretanto, assegurada. Existe o velho drama kantiano; como conseguir a paz universal? Esta requer regras universais. Por trás das regras devem existir valores, mas nem todos os valores são universais. Esse é um problema complicado e que tem a ver com a proposta de uma "intervenção para fins humanitários" mencionada pelo embaixador Gelson Fonseca, pois ela deve ter uma base nos direitos humanos (está entre nós o José Gregori, se eu não falar em direitos humanos ele me "mata"). Há uma base nos direitos humanos para este tipo de intervenção, evidentemente, mas há limites. Quais? Um é a própria noção de soberania que permanece como um dos pilares da organização dos Estados nacionais.

Como conciliar isso? Qual o limite entre fazer-se uma intervenção porque está havendo um genocídio e o respeito à autodeterminação dos povos? Esse tipo de proposta humanitária, que apela a valores universais, depende de uma construção político-intelectual para se justificar. Essa construção, a elaboração de um núcleo valorativo verdadeiramente comum a toda a humanidade e sua distinção do que é variação cultural adotada especificamente por cada povo ou segmento particular está em marcha, mas vai demandar muito tempo, décadas talvez. E ela é indispensável para a consolidação de um sistema que seja mais eficiente do que a ONU foi até agora, para decidir sobre questões humanitárias e intervenções consentidas de modo multilateral, mas que também tome em consideração as realidades. Entre essas, está o poder econômico e militar, estruturado em Estados nacionais e na autodeterminação dos povos.

Há contrapesos maiores hoje ao poderio americano? Algum existe. A China não é um contrapeso político-militar no plano global, mas é um contrapeso econômico. De certa maneira exerce uma função econômica complementar aos EUA, porém não constitui um contrapeso global. A Rússia tem força para dizer: "Olha, aqui não". Não quer que os americanos ponham um sistema de radares nas barbas dela, e pode também dizer: "Para mexer no Oriente Médio, eu quero ter voz". Mas tampouco tem capacidade político-militar-cultural global. E até que ponto os BRICs - nós incluídos com China, Índia etc. - poderão ter um papel? Talvez. Mas tem de ser por intermédio do que o embaixador Ricupero mencionou, usando nosso *soft power*. Não há de ser por nossa capacidade bélica e nem propriamente política. Será, quem sabe, por assumirmos uma

postura de tipo cultural-moral na questão do meio ambiente, por exemplo, onde é possível que se tenha alguma força, alguma capacidade de influir.

O que está em jogo (e do que quase todos nos queixamos esta tarde) são as conseqüências negativas do desmando gerado pelo capitalismo financeiro desregrado, pelo consumismo predador etc. Será que essa crise vai nos levar a alguma revisão cultural mais civilizatória? Está posta a questão. Não dá para dizer: vai levar à revisão de tudo ou de muita coisa.

Eu vou concluir para não falar demais. As exposições feitas deixaram claro que existe um ingrediente de irracionalidade que é intrínseco ao sistema capitalista. A especulação é parte constitutiva dele. Se não houver especulação, se não houver sinalização do futuro pelo mercado, é difícil que o capitalismo se mova, se expanda. Por isso agora vai se falar muito de regulação, vai se tentar fazer alguma regulação melhor, mas ela tem limites. Caso se queira regular muito, matar-se-á a inovação nos mercados financeiros, É possível que os mecanismos automáticos de mercado, que tantos danos causaram, amortecem um pouco; é possível e desejável que se aumente a regulação, porque ficou visto que com o mercado completamente desregulado acontece o que aconteceu.

Então, haverá tendência a mais regulação, mas não poderá haver regulação excessiva, senão o dinamismo do sistema desaparece. Por isso, lamento, mas é possível que daqui a 10,20,30 anos haja outra crise, pois os ciclos e as crises fazem parte do sistema capitalista. Quem leu sobre o que aconteceu no século XVII, na Holanda, a febre das tulipas, e vê o que acontece hoje, percebe que existe um elemento de semelhança entre as crises. Houve algo desse tipo na crise de 1929. Em agosto de 1929 as Bolsas estavam no auge, no ápice, e em outubro caiu tudo. Em 1929 houve uma reação. A crise foi assim: os mercados financeiros e de ações estavam lá em cima; caíram, depois subiram um pouco e caíram de novo, caíram e subiram oscilando em 1930 e 1931. Em 1932 estavam de novo no chão. E não foi o *New Deal* que recuperou a economia americana, foi a guerra! A recuperação só aconteceu em 1937-1938; até lá o *New Deal* amenizou outra coisa importante: a aflição do povo, o desemprego, algo que terá de acontecer na crise atual, se não quisermos ver o desespero e a revolta dos desempregados do mundo industrializado. Mas esse tipo de programa, sozinho, não faz a recuperação da economia.

A crise atual deixou de ser de liquidez. Nunca se viu tanta liquidez no mundo. Eu nunca tinha ouvido falar de trilhão de dólar! [Risos] Com todos esses trilhões, continua havendo um outro problema que os analistas e os governos estão começando a reconhecer: o problema não é só a crise financeira - ela foi o estopim. O ministro Celso Lafer falou, em curto-circuito. Mas hoje a questão é outra: a questão passou a ser de confiança, como também já foi dito por meus antecessores. Quer dizer, "eu - banco - tenho dinheiro, mas não empresto. Eu não sei se você está solúvel ou não! Eu não tenho mecanismos de controle, então eu - banco - não vou emprestar o meu dinheiro, que aliás é dos depositantes. Não sei até que ponto eu próprio terei dificuldades amanhã, então não empresto o dinheiro". Começa a haver a paralisia da economia, da economia em geral, e aí a tragédia maior se manifesta - é o desemprego que está começando pelo mundo afora. Quem quiser que se iluda. Está começando! Por isso, quando me referi a 1929, disse que não foi em 1929 que a coisa piorou, foi depois.

Quem imaginava que a China fosse ser afetada tão rapidamente como foi? Ninguém. Parafraseando o que foi dito pelo ministro Celso Lafer: às vezes quando a gente pensa que vai acontecer o inevitável, acontece o imprevisível. A crise financeira americana, essa, não era imprevisível. Todo mundo disse durante anos que ela ia acontecer (nós nos esquecemos depois). Todos nós escrevemos sobre os déficits gêmeos da economia americana, o desregramento da economia ame-

ricana. O estopim foi outro, as hipotecas "tóxicas", mas os fundamentos da economia estavam muito mal anteriormente.

De toda forma, a economia vai se recompor, mas haverá um sacrifício grande. Não estou dizendo que teremos de chegar numa depressão, mas hoje a recessão teve que ser reconhecida. A crise não é mais financeira, a economia real está parando. Até quando ela vai parar? No passado não houve um esforço equivalente ao atual para contê-la. Ou seja, em 1929, a economia parou porque os bancos centrais não deram dinheiro. Agora os bancos centrais deram dinheiro e a economia está parando.

Pobre Obama, que não esperava por isso - ninguém esperava - e vai ter que se defrontar com uma situação que dificulta imensamente a implementação de seu programa. As expectativas são sempre enormes quando a pessoa é eleita e Obama recém-eleito encontra logo uma crise "desse" tamanho. Em escala muito menor, posso dizer o quanto é duro porque fui eleito presidente em outubro de 1994 e logo, no dia 20 de dezembro de 1994, houve a crise do México. Comecei o governo com crise financeira e isso é o que está acontecendo nos Estados Unidos.

Como acontece com toda a crise, esta também chegará a seu ponto de saturação. Mas se o sistema continuar a ser (e continuará) capitalista, com a força dos interesses do *establishment* americano dificultando muitas modificações, essa recuperação não impedirá outras "bolhas" no futuro. Seria necessário restringir a especulação e a desregulamentação para evitá-las, e a regulação em demasia leva à morosidade da economia, Como o socialismo também teve seus problemas de inércia, melhor reconhecer, como se diz sobre a democracia: "Não é um excelente sistema, só que não existe outro melhor". Vivemos em um sistema, o capitalista, do qual muitos de nós não gostamos, mas quando se tentou outro melhor, tampouco se gostou. Então teremos de nos conformar com ele. Dai o tom, meio melancólico, meio desiludido, dos que dizem que vai "mudar tudo". No fundo sabemos que alguma coisa vai mudar, mas mudar tudo? Meu Deus, tomara! Mas é difícil.